

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/vídeo



Bolsonaro: espelho ao contrário de Lula?

Bolsonaro quer ser a cópia em negativo de Lula

Em um dos seus romances inaugurais, "As Luzes de Setembro", da sua "Trilogia da Névoa", o escritor catalão de histórias fantásticas Carlos Ruiz Zafón nos apresenta à figura mitológica do doppelgänger. De origem alemã, o doppelgänger seria um duplo que cada pessoa teria, como uma espécie de negativo. Todas as características desse duplo seriam opostas à da pes-

soa. Se a pessoa é boa, seu duplo é mau. Se a pessoa é pacífica, seu duplo violento. E a maior tragédia que pode acontecer a alguém é cruzar com seu doppelgänger um dia nas ruas. No mundo da política, é impressionante como o ex-presidente Jair Bolsonaro muito deseja o tempo todo ser uma espécie de doppelgänger do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Espelho

"O candidato sou eu", declarou Bolsonaro à revista Veja, explicando o que já vinha esboçando. O ex-presidente, então, claramente se espelha no que Lula fez em 2018: condenado, levou sua campanha até o último momento. Somente preso, lançou seu sucessor.

Roteiro igual

Bolsonaro deixa claro que seu roteiro é igual. Condenado, tentará levar sua candidatura até o último momento. Não conseguindo, tentará ele ser o condutor do seu substituto. Seu problema é que ele está longe de ser de fato o reflexo à direita de Lula.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Bolsonaro tem chance de fazer seu Haddad?

As condições do retorno de Lula são bem diferentes

As condições que permitiram a Lula reverter a sua condenação e voltar à Presidência em 2022 são muito diferentes das que envolvem Bolsonaro agora. Lula voltou quando ficou claro o conluio do ex-juiz e agora senador Sergio Moro com os procuradores chefiados por Deltan Dallagnol. Pode até haver também um

projeto político na condenação de Bolsonaro. Mas é muito difícil se convencer o próprio STF de que agiu politicamente. Então, baixíssima chance de reversão da condenação. Ele poderia, então, tentar o caminho no Congresso. Mas qual será a essa altura o real comando político que Bolsonaro tem do processo?

Comando

O comando político é outro ponto no qual Bolsonaro não é um doppelgänger perfeito de Lula. O PT é um partido construído por Lula. Que sempre tolheu a ascensão de qualquer nome à esquerda que lhe fizesse sombra. Pagará o preço quando a idade lhe obrigar a sair.

PL

Bolsonaro não tem comando partidário. Nem mesmo o comando do PL ele tem. Mudou dezenas de vezes de partido ao longo da carreira. Não tem, portanto, a mesma capacidade de fazer com que o jogo político venha a se desenvolver à sua revelia.

Pragmáticos

O campo pragmático da direita, inclusive dentro do próprio PL mais ligado a Valdemar Costa Neto, não está disposto a embarcar em qualquer aventura por mero alinhamento ideológico. A forma como Arthur Lira rifou o projeto de anistia do 8 de janeiro mostra isso.

Férias!

Assim, não parece provável que Bolsonaro consiga replicar agora o que fez Lula antes de 2022. Mas agora isso deixa de fazer por um tempo parte das preocupações deste colunista. A partir desta segunda-feira (4) saio de férias, agradecendo muito o prestígio da leitura!

Parlamentares do mundo se reunirão no Congresso

P20 é previa do G20. STF retoma julgamento sobre Collor

Por Gabriela Gallo

Nesta semana, o Congresso Nacional sediará a 10ª Cúpula do P20, grupo que reúne os parlamentos dos países com as maiores economias do mundo. De 6 (quarta-feira) a 8 de novembro (sexta-feira), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal receberão parlamentares do mundo inteiro. O tema deste ano é: "Parlamentos por um Mundo Justo e um Planeta Sustentável".

Considerada uma prévia do G20 (grupo dos 19 países mais ricos do mundo, mais a União Europeia e a União Africana), que se reunirá no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro, o P20 é um grupo liderado pelos presidentes dos parlamentos de países que integram o G20, em um fórum de cooperação internacional. Diante disso, o P20 é importante para aproximar os congressistas do mundo inteiro a fim de alinhar os interesses e decisões que ocorrem no G20, já que essas decisões resultam em tratados ou acordos internacionais que precisam ser confirmados pelo poder Legislativo de cada país.

A programação de quarta-feira (6) terá como foco debates envolvendo gênero e raça. Na quinta (7), o foco será no combate às desigualdades e o papel dos parlamentos no enfrentamento da crise ambiental e sustentabilidade. Finalmente, na sexta (8), o foco será "a construção de uma governança global adaptada aos desafios do século 21" e o encerramento do evento.

Com isso, a pauta da Câmara e do Senado está completamente esvaziada na quarta e na sexta. Na quinta-feira, paralelo ao evento, estão agendados



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Reunião preparatória com embaixadores sobre o P20

encontros na Comissão de Esporte (CEsp) do Senado e da Comissão de Administração e Serviço Público na Câmara.

Emendas

Com a pauta esvaziada na Casa a partir de quarta-feira em decorrência do P20, a concentração de trabalho se dará no início da semana. Nesta segunda-feira (4), está previsto para o plenário da Câmara dos Deputados apreciar o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 175/24, que regulamenta a apresentação e a execução de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA), dando outras providências.

De autoria do deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT-MA), o texto foi protocolado na Casa na última semana. Dentre os destaques do projeto está o limite de crescimento do montante das emendas parlamentares à LOA. Já as emendas

de bancada somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes, proibindo a individualização de ações e projetos de indicações de parlamentares individualmente.

Apesar de ainda não ter um relator, a previsão é que o texto seja apreciado no plenário da Casa, visto a urgência que os parlamentares têm em liberar as emendas e acertar o Orçamento para 2025.

STF

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento que pode levar a prisão do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello.

O ex-presidente foi condenado a oito anos e 10 meses pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um esquema envolvendo a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, em maio de 2023. A

defesa do réu entrou com recurso e solicitou que a pena fosse reduzida para quatro anos.

O caso está sendo julgado no plenário virtual da Corte, que tem até esta sexta-feira para finalizar a votação. O julgamento retorna após um pedido de vista (ou seja, mais tempo de análise) do ministro Gilmar Mendes, em junho. O magistrado retomou o julgamento votando favorável à redução de pena do ex-presidente. Com isso, atualmente o placar está dois votos favoráveis ao recurso da defesa, com Gilmar Mendes e Dias Toffoli, e dois votos contrários, oriundos dos ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin.

A defesa do ex-presidente alega que, durante o julgamento no plenário, houve divergências entre os ministros sobre a pena por corrupção passiva, o que indicaria a opção pela menor das penas discutidas.

Lira diz que PL da Anistia será resolvido durante seu mandato

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Lira criou comissão especial para tratar PL da Anistia

Por Gabriela Gallo

Após uma série de negociações, o futuro dos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 ainda é incerto. Após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criar uma comissão especial para tratar do projeto que concede anistia aos presos e investigados nos atos de 8 de janeiro (PL 2858/2022), o mesmo afirmou que o tema será resolvido ainda durante seu mandato.

"Um tema sensível como esse, por tudo que aconteceu, por tudo que está acontecendo, estava inapropriadamente sendo usado. Conversei tanto com um partido quanto com outro. Nós vamos dar a solução para isso dentro do meu mandato", disse Lira em entrevista à Folha de São Paulo, na última sexta-feira (1º). O mandato de Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), terminam em fevereiro de 2025.

O PL da anistia estava pautado para ser votado na última terça-feira (29) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Porém, em meio às negociações para conseguir apoio do PT e da esquerda para apoiar seu candidato, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), Lira criou, na segunda-feira (28), uma comissão especial para tratar do tema. Com a medida, a discus-

são da medida – que apresentava chances de ser aprovada na CCJ e, se aprovada, seguir para votação no plenário da Casa – voltou à estaca zero.

Em entrevista ao programa "Bom Dia, Ministro", do Canal Gov, o advogado-geral da União Jorge Messias classificou o projeto – tal como qualquer outro que conceda anistia aos presos envolvidos nos atos de 8 de janeiro – como inconstitucional. "Na minha leitura, como jurista, isso é inconstitucional. Não se pode dar anistia a praticantes de crimes que temos abolir o Estado de Direito, a democracia", afirmou o AGU.

"Essas pessoas não foram [à Praça dos Três Poderes] brincar. Foram tentar dar um golpe de Estado. Falar em anistia, neste momento, é uma agressão à população brasileira", destacou Jorge Messias.

Bolsonaro

Um dos interesses do PL em aprovar o relatório do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-CE) diz respeito às eleições de 2026. Na última semana, o presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, declarou que o partido se mobilizará para que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) possa concor-

rer na próxima disputa presidencial. O relatório que circula na Câmara concede anistia às pessoas que apoiaram os atos "por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas".

A medida abrange o ex-presidente da República e seus aliados, já que eles são investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por terem apoiado manifestações que terminaram na depredação de patrimônio. Em entrevista à revista Veja na última nesta, Bolsonaro declarou que "não está morto" e que será candidato à presidência nas próximas eleições.

"Com todo o respeito, chance só tenho eu, o resto não tem nome nacional. O candidato sou eu. [...] Eu pretendo disputar 2026. Não tem cabimento a minha inelegibilidade. O processo por abuso de poder político foi por ter me reunido com embaixadores antes do período eleitoral. Não ganhei um voto com isso", afirmou Bolsonaro, em entrevista à Veja.

Condenado a oito anos de inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Nos bastidores, o PL negocia um projeto de lei separado que conceda anistia a Bolsonaro caso o STF não reverta sua inelegibilidade.